



Presidência da República
Casa Civil
Secretaria de Administração
Diretoria de Gestão de Pessoas
Coordenação – Geral de Documentação e Informação
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA
PRESIDÊNCIA
DA REPÚBLICA

ARTHUR DA COSTA E SILVA

PRONUNCIAMENTOS
DO
PRESIDENTE

Presidência da	
República	
BIBLIOTECA	
Nº.	DATA
8543	4.5.69

INTRODUÇÃO

Visando atingir os mesmos objetivos apontados nos dois volumes anteriores, temos o prazer de apresentar as principais afirmações e conceitos proferidos pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República, nos discursos, durante o 2.º Semestre do seu Governo.

A. E. R. P.

Brasília, DF., março de 1968.

ÍNDICE

	Págs.
ABASTECIMENTO	
1. SUNAB na Administração direta de frigoríficos	1
AGRICULTURA	
1. A agricultura como base das mais sólidas economias nacionais	2
2. Tratamento prioritário	2
3. Alteração do ano fiscal; não há crise	2
ARTES	
1. Podêres que emanam do povo	4
2. Incompreensões de que são vítimas os grandes artistas	4
3. Nossa independência intelectual	4
4. Liberdade de criação artística	5
BEM-ESTAR DO POVO	
1. A virtude não medra na miséria	6
2. A especulação contra os interesses do povo	6
CIÊNCIAS	
1. Deficiência nos quadros técnicos	8
CONSTITUIÇÃO	
1. Presidência do Congresso — Ingerência do Executivo	9
2. Conceito de Governo; os três podêres co-responsáveis; sua re- forma: competência do Congresso	9
DEMOCRACIA	
1. Plenitude democrática alcançada; merece cuidados de todos nós	10
DESENVOLVIMENTO	
1. Trabalho construtivo do Governo	11
2. SUDENE e SUDAM	11

	Págs.
DEVER DO PRESIDENTE	
1. Compensações de ordem cívica e moral	12
ECONOMIA	
1. Crescimento desordenado	13
2. Minas Gerais e a evolução política	13
ECONOMIA E FINANÇAS	
1. Razões dos encontros periódicos da junta de governadores do FMI	14
2. A vontade de progredir	14
3. Busca de soluções	14
4. Momento da maturidade da comunidade internacional	15
5. Abertura de mercados	16
6. Maior disponibilidade	16
7. Ampliação de recursos	17
EDUCAÇÃO	
1. Valorização do nosso homem	18
2. Respeito à inteligência	18
3. Esperança no futuro	18
4. Não houve corte de verbas	18
5. «Forum Ministério» para discutir as diretrizes do programa governamental	19
6. Convênio MEC-USAID	19
7. Fidelidade à vocação	19
GOVERNO CIVIL	
1. Predominância dos civis	20
IMPRENSA	
1. Relações com órgãos que representam a Opinião Pública....	21
2. Liberdade de Imprensa	21
MINÉRIOS	
1. Filosofia do Governo	22
2. Subsolo generoso	22
PACIFICAÇÃO POLÍTICA	
1. Acordos regionais em bases sadias concorrerão para a paz nacional	23

	Págs.
PODER JUDICIÁRIO	
1. Acatamento às decisões da justiça	24
PODERES DA REPÚBLICA	
1. Harmonia entre os três poderes	25
POLÍTICA	
1. Conceito de política	26
POLÍTICA ADMINISTRATIVA	
1. Críticas construtivas	27
POLÍTICA FINANCEIRA	
1. Resolução 63 do Banco Central: visa a robustecer a conta de capital do nosso Balanço de Pagamentos e propiciar custos operacionais baixos. Terá efeito antiinflacionário	28
POLÍTICA NUCLEAR	
1. Ministério das Minas e Energia e das Relações Exteriores..	29
POLÍTICA DO PROGRESSO	
1. Lema do Governo	30
2. Prosperidade à nossa política	30
POLÍTICA SALARIAL	
1. Salário dos trabalhadores	31
2. Fundo de Garantia	31
3. Resíduo inflacionário	32
4. Não há «arrôcho salarial»	32
5. Sugestões à política salarial	32
POSSE DOS ELEITOS	
1. A do Governo de Minas foi assegurada pelo Presidente Castello Branco e pelo Ministro do Exército de então	33
PRESIDENTE CASTELLO BRANCO	
1. Homem de grande visão; estadista patriota	34
PREVIDENCIA SOCIAL	
1. A unificação dos Institutos de Previdência	35

	Págs.
RECOMENDAÇÃO AO POVO	
1. Que todos procurassem colaborar	36
REGIME DEMOCRÁTICO	
1. Constitucionalização; a primeira vitória	37
2. A liberdade de expressão	37
3. A defesa do regime	38
4. Democratas improvisados	39
5. Estatização da riqueza	39
6. Oposição parlamentar	39
7. Incitação à desordem	40
8. Tradição de liberdade	40
RELIGIÃO	
1. Fricções entre Igreja e Governo não têm fundamento	41
RESERVAS CAMBIAIS	
1. Bom emprêgo das disponibilidades brasileiras	42
REVOLUÇÃO	
1. Guerrilha é subversão	43
2. Consolidação da obra revolucionária	43
SUCESÃO	
1. Civil ou militar, a revolução continuará	44
TRANSPORTES	
1. Rêde fluvial como circulação de bens de consumo	45

ABASTECIMENTO

1. SUNAB NA ADMINISTRAÇÃO DIRETA DE FRIGORÍFICOS

«A presença da SUNAB na administração direta de frigoríficos teve em mira solucionar grave crise de abastecimento. É, todavia, intenção do Governo restabelecer a normalidade em tão importante setor do abastecimento, devolvendo-o gradativamente à responsabilidade da iniciativa privada, sem abandono da fiscalização e do controle indispensável à defesa do consumidor. Os interesses dos consumidores são tão legítimos quanto os do produtor».

(Entrevista coletiva à Imprensa — Belo Horizonte — Minas Gerais — 27-10-67).

AGRICULTURA

1. A AGRICULTURA COMO BASE DAS MAIS SÓLIDAS ECONOMIAS NACIONAIS

«Não é possível imaginar boa agricultura sem água abundante, e é sabido que a agricultura é a base das mais sólidas economias nacionais.»

(Discurso na inauguração do serviço de água em Mossoró — 22-12-67).

2. TRATAMENTO PRIORITÁRIO

«Acaba o Governo de assinar um convênio com o Banco Mundial para aplicação conjunta de 220 milhões de cruzeiros novos (80 milhões de dólares), divididos em três grandes projetos de melhoria para a pecuária, que beneficiará Minas Gerais, Mato Grosso, Goiás, São Paulo, Paraná e Rio Grande do Sul. Este é um setor que merece tratamento prioritário de meu governo.»

3. ALTERAÇÃO DO ANO FISCAL; NÃO HÁ CRISE

«É muito bom que a «Fôlha de São Paulo» me faça esta pergunta, porque me abre a oportunidade para revelar o sentido exato das palavras que pronunciei perante a Comissão de Saúde da Câmara, reunida no Palácio do Planalto. Eu não falei em agravamento *de crise*. Não tenho razão para prever agravamento. Pelo contrário, em face da realidade, tenho fundadas esperanças de que o desenvolvimento dos negócios, que já se verificam em ritmo muito bom, que as grandes sementeiras com as quais os agricultores acudiram ao apêlo de maior produção, e que muitos outros fatores nos levam a crescente prosperidade.

Com a economia do País se desenvolvendo normalmente, não temos porque prever crises.

O que acontece, e foi isto o que eu disse à Comissão de Saúde da Câmara, é que a pressão dos gastos orçamentários coincide com a maior necessidade de recursos para a movimentação das safras, exatamente no segundo semestre. A alteração do ano fiscal poderia, portanto, aliviar a procura de dinheiro neste período, em que tradicionalmente crescem as emissões, gerando dinheiro ocioso nos primeiros meses do ano.

Trata-se de um fenômeno normal e não de sinal de crise.»

(Entrevista coletiva à Imprensa — Belo Horizonte — Minas Gerais — 27-10-67).

ARTES

1. PODERES QUE EMANAM DO POVO

«O poder criador do espírito, no domínio das Artes, concorre de certa forma com o Poder exercido pelo Presidente da República, pois ambos emanam do povo e exprimem a sua ânsia para suprimir, no presente, os entraves à sua caminhada para o futuro.»

2. INCOMPREENSÕES DE QUE SÃO VÍTIMAS OS GRANDES ARTISTAS

«As incompreensões de que são vítimas os grandes artistas resultam de que eles, pela força do gênio pessoal e pela natureza divinatória da Arte, costumam antecipar-se aos movimentos de renovação da sociedade humana, avançando sobre o espírito de rotina de seus contemporâneos para nos dar a antevisão de um mundo que só vamos encontrar muito adiante, confirmado em suas formas de progresso.»

3. NOSSA INDEPENDÊNCIA INTELECTUAL

«Se foi, entretanto, o conjunto de fatores especiais, criados pelo processo de industrialização de São Paulo, que permitiu partir daqui o grito de nossa independência intelectual como daqui partira o grito da independência política cem anos antes, também é verdade que devemos aos poetas, pintores, músicos e escritores que comandaram a Semana o despertar da consciência brasileira para o caráter nacional do fenômeno paulista».

4. LIBERDADE DE CRIAÇÃO ARTÍSTICA

«A liberdade de criação artística pela qual devemos zelar com a mesma consciência de que o amparo à cultura constitui dever do Estado — necessita do jogo livre de opiniões, assim como a liberdade de crítica funciona, para o homem de Governo, como regulador estimulante de seus atos!

(Discurso na Inauguração da IX Bienal de São Paulo em 22-9-67).

BEM-ESTAR DO POVO

1. A VIRTUDE NAO MEDRA NA MISÉRIA (O GLOBO)

Pergunta — Os mais velhos amigos de V. Exa. descrevem a sua personalidade como misto de bonomia e impetuosa energia. V. Exa. não receia perder a paciência na Presidência da República?

Resposta — «Não receio perder a paciência porque compreendo o meu povo, compreendo a minha gente. Não posso exigir que seja um povo ideal, pois não há povo ideal. Talvez, os mais ricos sejam os piores. O que nós temos é um povo bom, excepcionalmente bom. O que torna difícil governar é que, como dizia São Paulo, «a virtude não medra na miséria». Também é difícil patriotismo, civismo, medrar na pobreza. Por isso estamos interessados em tornar esse povo menos pobre. Isso, nós o faremos e é por isso que dei ênfase ao setor que mais me preocupa — o econômico-financeiro».

2. ESPECULAÇÃO CONTRA OS INTERESSES DO POVO (O DIA E A NOTÍCIA)

Pergunta — O Conselho Nacional de Abastecimento e a SUNAB têm contestado e denunciado, em mais de uma oportunidade, a ação de grupos e especuladores como causa do aumento de preço dos produtos essenciais. Exemplo: carne e produtos farmacêuticos. Perguntamos: há perspectivas de uma política mais firme em relação aos que se locupletam à custa das aperturas do povo?

Resposta — «O Governo é a favor da livre empresa, mas contra o abuso do poder econômico. Nesse particular sua atuação tem sido sempre muito firme. E as autoridades do abastecimento têm instruções para, se necessário, agir ainda com mais rigor, sempre que se verifique abuso ou especulação contra os interesses do povo».

(Entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República, aos diretores de jornais, no Palácio Laranjeiras — Rio, em 15 de março de 1968).

CIÊNCIAS

1. DEFICIÊNCIA NOS QUADROS TÉCNICOS (ÚLTIMA HORA)

Pergunta — Que medidas pretende o Govêrno tomar para resolver a deficiência de quadros técnicos e científicos necessários à retomada do desenvolvimento nacional?

Resposta — «A deficiência de quadros técnicos e científicos nacionais não se resolve, contudo, pela simples limitação do êxodo de cérebros ou mesmo pelo retôrno de todos os que emigraram. A solução definitiva só pode ser dada por um vigoroso programa de ensino técnico e científico e pela criação de oportunidade de trabalho que retenham naturalmente os nossos cientistas.»

(Entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República, aos diretores de jornais, no Palácio Laranjeiras — Rio, em 15 de março de 1968).

CONSTITUIÇÃO

1. PRESIDÊNCIA DO CONGRESSO — INGERÊNCIA DO EXECUTIVO

«Houve implantação de leis novas, que, de algum modo, modificaram profundamente estruturas obsoletas e eivadas de falhas, sempre notadas, mas jamais corrigidas ou preenchidas. É claro que a primeira implantação foi a da própria Constituição, o que se realizou com ligeiras polêmicas, com ligeiras incompreensões, talvez fruto de interesses pessoais, como foi o caso da Presidência do Congresso. O debate foi amplo e livre, e os próprios congressistas resolveram o problema sem a mínima interferência do Executivo Nacional.»

(Entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República, aos diretores de jornais, no Palácio Laranjeiras — Rio, em 15 de março de 1968).

2. CONCEITO DE GOVERNO; OS TRÊS PODERES CO-RESPONSÁVEIS; SUA REFORMA; COMPETÊNCIA DO CONGRESSO

«O regime democrático se caracteriza pela responsabilidade. Costumo rejeitar a designação de «Govêrno», dada exclusivamente ao Poder Executivo. Govêrno é também o Congresso e é também o Poder Judiciário. Os três ramos do poder público são igualmente responsáveis pela Constituição. A reforma da Carta Magna compete ao Congresso. Mas ocorre que a maioria do Congresso é constituída pela ARENA, Partido politicamente solidário com o Presidente da República. Sou pessoalmente contrário a que se reforme uma Constituição que ainda não foi experimentada e que ainda não foi, sequer, completada pelas leis complementares previstas em seu texto. Solidária comigo, a maioria do Congresso espousa o mesmo ponto-de-vista.

(Entrevista coletiva à Imprensa — Belo Horizonte — Minas Gerais — 27-10-67).

DEMOCRACIA

1. PLENITUDE DEMOCRÁTICA ALCANÇADA; MERECE CUIDADOS DE TODOS NÓS

«A plenitude democrática está alcançada. Resta consolidá-la. E esta não é tarefa exclusiva do Govêrno, reclamando contribuição de tôdas as áreas, inclusive da imprensa livre. Em países como o nosso, de estrutura econômica débil, mas em processo de expansão, para não dizer em crise de crescimento, a democracia tem as características daquela plantinha tenra» da imagem construída pelo grande democrata que foi Otávio Mangabeira. Ela merece cuidados de todos nós. Todos nós somos responsáveis por ela, pelo seu crescimento e pelo seu vigor. Não a exponhamos aos vendavais.»

(Entrevista coletiva à Imprensa — Belo Horizonte — Minas Gerais — 27-10-67).

DESENVOLVIMENTO

1. TRABALHO CONSTRUTIVO DO GOVERNO

«O que ocorre é que alguns cidadãos, desesperados porque não podem arrebatar das mãos do Governo a bandeira da renovação do País, do desenvolvimento integrado de todos os setores da atividade nacional, procuram incitar a opinião pública à desordem ou a um comportamento capaz de prejudicar o trabalho construtivo da Nação. Mas a opinião pública os conhece muito bem e reage com indiferença a tais apelos. Eles estão muito desacreditados e não nos preocupam, muito menos conseguirão desviar-nos do trabalho sério que estamos realizando para dar ao povo brasileiro dias melhores, de maior bem-estar e tranquilidade.»

2. SUDENE E SUDAM

«Cabe ainda notar que o incentivo de aplicação, nas áreas da SUDENE e da SUDAM, de parcelas do imposto de renda teve em mira estimular a economia daquelas regiões que representam pontos vulneráveis no processo de crescimento equilibrado do País. O Governo Federal não só não deseja marginalizar, como não permite que se marginalize quaisquer áreas do nosso território. Quanto a Minas, a nossa presença bastaria para demonstrar os cuidados que nos inspira a economia mineira.»

(Entrevista coletiva à Imprensa — Belo Horizonte — Minas Gerais — 27-10-67).

DEVER DO PRESIDENTE

1. COMPENSAÇÕES DE ORDEM CÍVICA E MORAL (O GLOBO)

Pergunta — Há compensações bastantes no serviço à causa pública que justifiquem os sacrifícios de um Presidente?

Resposta — «Há compensações de ordem cívica e moral, porque a chamada compensação material não existe. Para um homem da minha idade, que já prestou 50 anos de serviços ao País, o ideal era um ócio com dignidade como faziam nas antigas civilizações. Mas eu assumi êsse cargo como mais um dever a cumprir. E cumprirei êsse dever de qualquer maneira, acima de todos os sacrifícios, até o fim do Govêrno.»

(Entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República, aos diretores de jornais, no Palácio Laranjeiras — Rio, em 15 de março de 1968).

ECONOMIA

1. CRESCIMENTO DESORDENADO

«É esta a terceira experiência que fazemos, inspirados pela idéia, já muito difundida no País, de que a crise econômica resultante do nosso crescimento desordenado, mas agravada pelo caráter dispersivo da atuação do Poder Central até 1964 — acentuou os desníveis regionais e, conseqüentemente, ameaçou a consistência do sistema federativo.»

2. MINAS GERAIS E A EVOLUÇÃO POLÍTICA

«Houve quem anunciasse, malévolaemente, que Minas Gerais nos esperava de «chapéu na mão». Esta assertiva não é digna de nós nem do caráter altivo dos mineiros. Nós é que nos apresentamos de «chapéu na mão», mas num outro sentido: em reverência ao grande Estado que tanto tem contribuído para o progresso econômico do Brasil, como para a evolução pacífica das instituições democráticas em nosso País».

(Discurso na Instalação do Governo Federal em Minas Gerais — 24-10-67).

ECONOMIA E FINANÇAS

1. RAZÕES DOS ENCONTROS PERIÓDICOS DA JUNTA DE GOVERNADORES DO FMI

«É um privilégio para o nosso País, oferecendo-se como sede dos vossos trabalhos, concorrer para a continuidade da saudável tradição firmada ao longo dos últimos vinte anos, durante os quais os responsáveis diretos pelos assuntos econômicos e financeiros, de tantos povos diretamente no funcionamento dessas instituições, se vêm reunindo periodicamente para dar consequência à verificação das peculiaridades da economia mundial na segunda metade do Século XX».

2. A VONTADE DE PROGREDIR

«Prolongamentos do espírito de Bretton Woods, êsses encontros espelham o progresso realizado no campo das comunicações, ao mesmo tempo que refletem a vontade comum de progredir na esfera ainda mais importante dos interesses de cada uma das nações aqui representadas.»

3. BUSCA DE SOLUÇÕES

«Alargam êles a possibilidade de entendimento, na medida em que abrem oportunidades às discussões pessoais entre altos dirigentes da economia, cujos pontos-de-vista podem assim, influenciar-se mutuamente na busca de soluções para problemas que têm características próprias em cada unidade soberana, mas são, em última análise, problemas da comunidade internacional.

Com efeito, só avançaremos na solução adequada de tais problemas, se partirmos de uma apreciação equilibrada dos interesses globais de nossos países. Por êsse método, poderemos chegar, em melhores condições de segurança, a medir as diferenças a vencer entre as áreas mais desenvolvidas e aquelas que reclamam e merecem um tratamento apropriado às suas necessidades de progresso. As nações mais favorecidas já estão, felizmente, advertidas para o fato de que sua tranqüilidade, no contexto da política internacional, depende em linha direta do desenvolvimento das nações mais pobres ou mais pressionadas pelas desigualdades sociais».

4. O MOMENTO DA MATURIDADE DA COMUNIDADE INTERNACIONAL

«Êste, meus senhores, é um momento de maturidade da comunidade internacional. O destino de todos nós está fatalmente ligado ao destino de cada um de nós. É sabido que são as nações mais ricas justamente as que mais negociam entre si. A evolução desimpedida das trocas depende, no entanto, da disponibilidade de moeda. Conquanto houvesse o sistema monetário internacional funcionado com grande eficiência no pós-guerra, existe hoje a convicção de haver chegado o instante em que o nível de reservas internacionais não mais pode ser o resultado imprevisto das contingências da produção do ouro, tampouco de liberdades fortuitas ou de medidas aleatórias, mas deve ser objeto de decisão consciente, tal qual ocorrerá no curso desta reunião, transcorridos 25 anos dos trabalhos iniciados em Bretton Woods.

Trata-se de colocar nas mãos de um organismo internacional a capacidade de afetar o nível dos meios para a liquidação das trocas. Mais do que isso, importa observar que se trata de decisão a tomar, não sob o impacto de situações desesperadas, se não como resultante de um exame sereno e objetivo das condições em que estamos todos avançando para o futuro.

Não deve passar despercebido êsse modo de atuação sobretudo quando nos recordamos das dificuldades pelas quais passou a economia mundial, nesse terreno, entre as duas grandes guerras. Por

outro lado, cumpre salientar que, no mecanismo internacional encarregado de tão importante tarefa, deverão estar representados, de acôrdo com os princípios consagrados para a expressão da potência das nações, todos os países participantes do Fundo Monetário Internacional, de maneira a assegurar-se que as decisões sejam tomadas em um contexto apropriado, tão sèriamente poderão elas atingir a comunidade das nações.

5. ABERTURA DE MERCADOS

«Como resultado dos trabalhos a que se vão dedicar os Senhores Governadores do Fundo Monetário Internacional, nesta reunião, deverão ser assentadas as bases de uma solução que importe em atender-se à necessidade de crescimento continuado do comércio internacional. A preocupação com os problemas financeiros não significará que se dê menor ênfase às questões relativas à liberalização dêsse comércio, inclusive no que concerne à abertura de mercados para a colocação de manufaturas dos países menos desenvolvidos.»

6. MAIOR DISPONIBILIDADE

«Mas êsse esforço interno pode e deve ser suplementado por uma disponibilidade mais ampla de recursos provenientes dos países mais desenvolvidos, a serem utilizados segundo programas coerentes do govêrno.

Ê justamente nessa área que se tem revelado pouco satisfatória a experiência dos últimos anos. As dificuldades reconhecidas que temos enfrentado para diversificar nossa pauta de exportações devem ser urgentemente removidas, para que passemos da posição de exportadores de matéria-prima à de fornecedores de manufaturas aos mercados mundiais. As limitações que os países em desenvolvimento vêm sofrendo para implementar o seu setor industrial não lhes permitem dinamizar o processo de crescimento econômico e são bem conhecidas de todos vós. Esperamos que, em adição às medidas que serão adotadas aqui, relativa-

mente ao problema da liquidez internacional, possam ser tomadas providências para restabelecer o fluxo de capitais de investimento e abrir mercados para os produtos industrializados que a economia dos países em desenvolvimento já está em condições de oferecer às nações industriais.»

7. AMPLIAÇÃO DE RECURSOS

«O mundo precisa renovar e ampliar os recursos à disposição das instituições financeiras internacionais. De igual importância, porém, é o problema do uso que se fará de tais recursos. Temos notado uma evolução favorável, no sentido de atitudes mais flexíveis e inovadoras. É uma tendência salutar, cuja continuação se impõe.»

(Discurso na Reunião do FMI — Guanabara — 25-9-67).

EDUCAÇÃO

1. VALORIZAÇÃO DO NOSSO HOMEM

«Para mim a educação está na base de todos os demais problemas nacionais. Assegurá-la a todos os brasileiros será, juntamente com a defesa da saúde e a garantia do bem-estar, a melhor forma de valorizar o nosso homem.»

2. RESPEITO A INTELIGÊNCIA

«Respeitai a inteligência e usai-a em todos os atos de vossa vida. É a razão que nos distingue dos animais e nos faz dominá-los, a despeito de nossa fraqueza física.

Desenvolvi-a pelo estudo. Procurai ser sábios, para o benefício do Brasil e da humanidade.»

3. ESPERANÇA NO FUTURO

«Tende sobretudo fé no porvir dêste imenso Brasil e esperança no vosso próprio futuro.»

(Discurso na Formatura de Engenheiros de Operações da PUC — 18 de dezembro de 1967).

4. NÃO HOUVE CORTE DE VERBAS

«O Governo não cortou nenhuma verba de Universidade. O plano de economia em execução foi aprovado anteriormente. Algumas verbas orçamentárias ainda poderão ser, em consequência, transferidas para 1968, mas não cortadas. Em relação aos

«excedentes, há proposta no sentido de suplementação de verbas no ano corrente, para atendimento do encargo com as novas matrículas concedidas.»

5. «FORUM MINISTÉRIO» PARA DISCUTIR AS DIRETRIZES DO PROGRAMA GOVERNAMENTAL

«Dentro em breve, reunir-se-á novamente o "Forum Ministério», convocado pelo Ministério da Educação, para discutir e aprovar as diretrizes a serem seguidas na execução desse programa governamental».

(Entrevista coletiva à imprensa — Belo Horizonte — Minas Gerais — 27-10-67).

6. CONVÊNIO MEC-USAID

«Entre nós, iludidos por demagogos sem escrúpulos, alguns jovens têm sido levados a crer, por exemplo, que o convênio MEC-USAID, destinado a melhorar as condições das nossas universidades, é uma traição aos interesses do Brasil e uma forma antinacional de resolver um dos nossos problemas mais agudos. Ao mesmo tempo, entretanto, silenciam e não consideram ato de «entreguismo» acordos assinados com países de regime socialista sobre ensino técnico-profissional.»

7. FIDELIDADE A VOCAÇÃO

«Sede fiéis à vossa vocação. Não vos esqueçais de que melhor é exercermos com gosto, ainda que com remuneração injusta, a profissão escolhida do que nos entregarmos, por simples atração financeira, a um mister para o qual não nascemos.»

(Discurso na Universidade da Paraíba — 22-12-67).

GOVERNO CIVIL

1. PREDOMINANCIA DOS CIVIS

«Cidadãos de formação militar sempre foram convocados, conforme a sua capacidade, para colaborar com a administração pública em todos os tempos e em todos os países. Se há, na administração federal e na de todos os Estados brasileiros, como o senhor diz, 180 militares ocupando cargos que se contam aos milhares, isto demonstra a predominância dos civis, que não estão, portanto, «de quarentena». Afirmar em contrário não merece resposta nem exame, por que tentam negar uma realidade demonstrável pela evidência.»

(Entrevista coletiva à imprensa — Belo Horizonte — Minas Gerais — 27-10-67).

IMPrensa

1. RELAÇÕES COM ÓRGÃOS QUE REPRESENTAM A OPINIÃO PÚBLICA

«Poucos dias faz que apresentei ao Congresso Nacional, em Mensagem, a prestação de contas anual do meu Governo, pois lá estão os representantes do povo, legitimamente eleitos. Mas eu quis chegar ainda mais a esse povo, dirigindo-me aos órgãos que representam a opinião pública brasileira e que, como tal, devem também tomar conhecimento, devem também ouvir a prestação de contas do Governo sobre o que ele fez durante o seu primeiro ano de atividades.

2. LIBERDADE DE IMPrensa

«Garantimos, em que pese a opinião de alguns agitadores, plena liberdade individual, completa liberdade de imprensa para o exercício de sua missão democrática, e os senhores são testemunhas de que jamais entrou um censor em qualquer jornal, ou mesmo qualquer pedido do Executivo para que não se publicasse isso ou aquilo.»

(Entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República aos diretores de jornais, no Palácio Laranjeiras — Rio, em 15 de março de 1968).

MINÉRIOS

1. FILOSOFIA DO GOVERNO

«A filosofia governamental é a de promover a exploração racional dos recursos minerais do País. Espera-se êxito na utilização desses recursos, mediante a contrapartida de maiores exigências no cumprimento de obrigações regulamentares as mais estritas quanto ao bom uso dos recursos concedidos.»

2. SUBSOLO GENEROSO

«Dispõe de um subsolo generoso, que nos pode dar tudo de que necessitamos, em riquezas minerais, para tornar auto-suficiente o nosso processo de desenvolvimento, rumo à posição de potência industrial de primeira grandeza.»

(Entrevista coletiva à Imprensa — Belo Horizonte — Minas Gerais — 27-10-67).

PACIFICAÇÃO POLÍTICA

1. ACORDOS REGIONAIS EM BASES SÁDIAS CONCORRERÃO PARA A PAZ NACIONAL

«Acredito que os acordos regionais, feitos em bases sadias inspiradas no bem público, possam produzir efeito na esfera do Congresso, e concorrer para a pacificação nacional. O Brasil todo precisa de paz para trabalhar.»

(Entrevista coletiva à Imprensa — Belo Horizonte — Minas Gerais — 27-10-67).

PODER JUDICIÁRIO

1. ACATAMENTO AS DECISÕES DA JUSTIÇA

«Com referência ao Judiciário, eu nem preciso convocar qualquer testemunho, porque todos os senhores sabem que suas sentenças, mesmo as contrárias ao Executivo, uma ou duas, foram religiosamente cumpridas, como cumpridas serão tôdas as decisões da Justiça, contra ou a favor do Executivo. É claro que os nossos advogados irão às últimas conseqüências na defesa dos interesses nacionais.»

(Entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República, aos diretores de jornais, no Palácio Laranjeiras, em 15 de março de 1968).

PODERES DA REPÚBLICA

1. HARMONIA ENTRE OS TRÊS PODÊRES

Conseguimos, neste primeiro ano, um pleno e harmônico funcionamento dos Podêres da República, perfeita e dignamente independentes, como manda a Constituição do Brasil.»

(Entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República, aos diretores de jornais, no Palácio Laranjeiras — Rio, em 15 de março de 1968).

POLÍTICA

1. CONCEITO DE POLÍTICA

«Sou, por vêzes, acusado de desestimar a atividade política. Mas essa acusação é fruto de uma distorção brutal do conceito de «política», responsável em grande parte, pelos males que começaram a ser tratados racional e intensamente, com o advento do primeiro governo revolucionário. A decisão de transportar a cúpula governamental para os centros estratégicos do nosso processo de desenvolvimento foi uma decisão política, no seu sentido mais preciso e mais alto. A sabedoria dos nossos legisladores inscreveu entre os princípios básicos do sistema democrático, desde a promulgação da primeira Carta republicana, dois sistemas institucionais que passaram a ser a pedra de toque de nossa evolução constitucional: a Federação e a República.

Politicamente, é da maior importância dar condições de efetividade ao sistema federativo, que é o lastro da forma republicana. Alcançado esse objetivo, tudo o mais virá por via de consequência no contexto político em que todos nos esforçamos para consolidar o quadro das liberdades públicas, viabilizado pelo vigor crescente do nosso processo econômico, pela consciência nacional dos Partidos e pela satisfação das necessidades dos cidadãos».

(Discurso na Instalação do Governo Federal em Minas Gerais — 24-10-67).

POLÍTICA ADMINISTRATIVA

1. CRÍTICAS CONSTRUTIVAS

«Se o tenho por testemunho inestimável da aprovação do povo mineiro à linha de rumo destes primeiros meses de minha administração, não esqueço que a palavra de louvor, é, mais que tudo, forma de estímulo e encorajamento.

Os governantes consagrados ao bem público acolhem de boa sombra as palavras de advertência útil, de oportuno aviso o de crítica sincera, visto que podem constituir contribuições valiosas para retificação de processos, mudanças de direções, aplicação de maiores esforços em setores mais eficientes, vigilância mais acurada e constante nos aspectos morais da administração, os quais devem ser a linha mestra de qualquer Governo.»

(Discurso no Recebimento do Título de Cidadão Honorário em Minas Gerais — 27-10-67).

POLÍTICA FINANCEIRA

1. RESOLUÇÃO 63 DO BANCO CENTRAL: VISA A ROBUSTECER A CONTA DE CAPITAL DO NOSSO BALANÇO DE PAGAMENTOS E PROPICIAR CUSTOS OPERACIONAIS BAIXOS. TERÁ EFEITO ANTIINFLACIONÁRIO

«Visa-se, por conseguinte, com a resolução 63, referida, a robustecer a conta de capital do nosso Balanço de Pagamentos e propiciar custos operacionais mais baixos às empresas privadas brasileiras, particularmente aquelas que não teriam possibilidade de acesso ao mercado internacional de capitais.

A medida em foco deverá ter, pois, consideráveis efeitos anti-inflacionários, que sobrepujarão, de longe, quaisquer repercussões de natureza inflacionária que dela possam, por acaso, advir.»

(Entrevista coletiva à Imprensa — Belo Horizonte — Minas Gerais — 27-10-67).

POLÍTICA NUCLEAR

1. MINISTÉRIO DAS MINAS E ENERGIA E DAS RELAÇÕES EXTERIORES

«Ambos estão com a razão, porque a ambos compete, igualmente, executar uma política definida pelo Presidente da República, através do Conselho de Segurança Nacional.»

(Entrevista Coletiva à Imprensa — Belo Horizonte — Minas Gerais — 27-10-67).

POLÍTICA DO PROGRESSO

1. LEMA DO GOVERNO

«Ao instalar o Governo na Capital de Minas, há poucos dias atrás, tive a oportunidade de declarar que esta nossa deliberação de levar o Governo da República aos Estados, às regiões do País que constituem centros estratégicos do desenvolvimento, nada mais era do que uma afirmação da Federação; Federação que foi sonhada da idéia da República, reunindo com a sua autonomia característica, cada Estado em torno de uma bandeira única, que é esta, verde e amarela, que hoje desfraldamos com o dístico «Ordem e Progresso». Ordem e Progresso constituem exatamente o lema do nosso Governo, procurando levar ao homem o progresso dentro da ordem e impondo a ordem pelo progresso, porque, dentro da miséria, dificilmente se consegue a ordem e a estabilidade da justiça, estabilidade social, política, econômica.»

2. PROSPERIDADE A NOSSA POLÍTICA

«Tivemos ocasião de, parodiando São Paulo, que dizia ser difícil a virtude prosperar na miséria, afirmar que dificilmente a liberdade pode prosperar na pobreza. E é por isto que estamos procurando dar êste tom de prosperidade à nossa política dentro de uma atmosfera de otimismo, de crença, de fé, neste grande país. Nós, que já temos cãs o que depõe por um passado longo sabemos que êste país vencerá, que êste país irá ao máximo que se pode atingir dentro do concôrto das Nações porque a ciência vem ao nosso encontro, trazendo condições melhores de desenvolvimento.»

Discurso proferido pelo Senhor Presidente da República, na Cidade de Ouro Preto, quando sua Excelência foi condecorado com o Colar da Ordem da Inconfidência, no dia 26 de outubro de 1967.

POLÍTICA SALARIAL

1. SALÁRIO DOS TRABALHADORES (O DIA E A NOTÍCIA)

Pergunta — Cogita o Governo realmente de instituir um sistema de correção automática dos salários, conforme se depreende das declarações do Ministro do Trabalho?

Resposta — «Esta tem sido a firme orientação do Governo, traduzida em atos concretos, sem alardes nem demagogia: proteger o salário dos trabalhadores, fazendo com que o seu padrão de vida aumente à medida que se desenvolve o país.»

(Entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República, aos diretores de jornais, no Palácio Laranjeiras — Rio, em 15 de março de 1968).

2. FUNDO DE GARANTIA

«A instituição, também, do Fundo de Garantia, que veio substituir a célebre estabilidade, foi um problema muito debatido, muito controvertido, e até apaixonadamente levado à discussão na imprensa, na tribuna. No entanto, essa modificação, essa transformação no processo de amparar o homem que trabalha — assunto de magna importância — permite-lhe uma opção, confere-lhe o direito de escolher se quer continuar no regime que lhe dá estabilidade, ou se quer vir ajudar a constituir esse Fundo de Garantia.»

(Entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República, aos diretores de jornais, no Palácio Laranjeiras — Rio, em 15 de março de 1968).

3. RESÍDUO INFLACIONÁRIO

«A política salarial, que constitui hoje imposição legal, está sendo aperfeiçoada pelo atual Governo, com a finalidade de efetivamente assegurar a participação dos trabalhadores nos benefícios do desenvolvimento.

Está-se concedendo um resíduo inflacionário realista, e vai ser aperfeiçoado o adicional relativo à produtividade. E isso se faz no momento em que a taxa de inflação, e notadamente a taxa de elevação do custo dos alimentos, apresentam sensível declínio.

4. NÃO HÁ «ARRRÓCHO SALARIAL»

«Isso significa que real progresso se vai alcançando em favor dos assalariados, pois são estes os mais prejudicados pelo arrôcho da inflação. Não há arrôcho salarial; há arrôcho inflacionário.»

5. SUGESTÕES À POLÍTICA SALARIAL

«O Governo vem considerando com atenção de diversas sugestões de aperfeiçoamento da política salarial, tendo em vista suas implicações na política de desenvolvimento e de controle da inflação. Haverá sempre boa vontade em considerar qualquer sugestão válida neste como em outros setores».

(Entrevista coletiva à Imprensa — Belo Horizonte — Minas Gerais — 27-10-67).

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
BIBLIOTECA

POSSE DOS ELEITOS

1. A DO GOVERNO DE MINAS FOI ASSEGURADA PELO PRESIDENTE CASTELO BRANCO E PELO MINISTRO DO EXÉRCITO DE ENTÃO

«Estou falando de Minas Gerais, cujo Governador, eleito pelo voto livre e direto dos mineiros, só tomou posse porque o Presidente Castelo Branco e eu escorraçamos os que agora se fazem de cristãos-novos da democracia e naquela oportunidade quiseram sublevar os quartéis para frustrar o pronunciamento das urnas aqui, na Guanabara e em Mato Grosso.»

(Entrevista coletiva à Imprensa — Belo Horizonte — Minas Gerais — 27-10-67).

PRESIDENTE CASTELLO BRANCO

1. HOMEM DE GRANDE VISÃO; ESTADISTA PATRIOTA

«Com a morte do Presidente Castelo Branco, perdemos um homem de grande visão, um estadista de notáveis qualidades e um patriota. O quadro geral da política brasileira ficou, portanto, mais pobre com o seu desaparecimento.»

(Entrevista coletiva à Imprensa — Belo Horizonte — Minas Gerais — 27-10-67).

PREVIDÊNCIA SOCIAL

1. A UNIFICAÇÃO DOS INSTITUTOS DE PREVIDÊNCIA

«Outro problema gravíssimo com que o Govêrno teve de defrontar-se logo na sua instalação foi o da unificação da Previdência, dos Institutos. Que luta tremenda. O rico não querendo se unir ao pobre — porque há Institutos ricos e há Institutos pobres. O pobre, com aquêlê complexo natural, achando que nunca recebe o que devia. Mas a unificação está feita. Já tem um ano de experiência e já se corrigiram erros e deficiências. Está marchando para uma consolidação certa.»

(Entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República aos diretores de jornais, no Palácio Laranjeiras — Rio, em 15 de março de 1968).

RECOMENDAÇÃO AO POVO

1. QUE TODOS PROCURASSEM COLABORAR (O GLOBO)

Pergunta — Se V. Exa. tivesse que fazer uma única recomendação aos brasileiros, qual seria essa recomendação?

Resposta — «Recomendação seria que todos procurassem colaborar, já não digo com o Governo, mas com o Brasil. Cada um na sua esfera de ação, cumpra o seu dever. Dever de ordem moral, de ordem material, de ordem intelectual, seja lá qual fôr.»

(Entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República, aos diretores de jornais, no Palácio Laranjeiras — Rio, em 15 de março de 1968).

REGIME DEMOCRÁTICO

1. CONSTITUCIONALIZAÇÃO, A PRIMEIRA VITÓRIA

«Não venho aqui com o propósito de elogiar a ação do Governo durante este primeiro ano de trabalho. Muito trabalhamos, muito nos esforçamos, mas reconhecemos que não alcançamos, como desejaríamos, a plenitude dos nossos objetivos, de vez que tivemos que vencer dificuldades que não são comuns a todos os Governos.

Um Governo que começa, um Governo que se instala sob uma nova forma, isto é, sob a forma de regime democrático constitucional, vindo de um Governo de exceção, poderia esperar que essa transição ocasionasse abalos profundos, mas, com a graça de Deus, com a ajuda e compreensão do povo e dos homens públicos do Brasil, essa transição se fez suavemente, sem abalos, sem lutas, sem incompreensões. Considero isto a primeira vitória, pois a constitucionalização do Governo da Revolução constitui, praticamente, o coroamento do Movimento de 31 de março de 1964. Assim, o mais importante, a mais significativa conquista dentre todos os objetivos estabelecidos, foi esta de o Governo conseguir, no seu primeiro ano, assegurar essa mudança de regime sem nenhuma agitação política, militar ou social — demonstração evidente do sentimento geral de manter a ordem sem recurso à violência».

(Entrevista concedida pelo Senhor Presidente da República aos diretores de jornais — Palácio Laranjeiras — Rio, 15 de março de 1968).

2. A LIBERDADE DE EXPRESSÃO

«Uma das alegações mais constantes é esta: vivemos sob o regime de ditadura. Nada, entretanto, mais vazio de funda-

mento. O primeiro fato, e êsse histórico, digno de recordação é que, quando o País marchava aceleradamente para a ditadura, entre 1963 e 1964, rara voz dos críticos de hoje cuidou de assinalar o que se intentava. Os mesmos que reclamam agora contra pequenas restrições ditadas por exigências do momento, as quais não comprometem, aliás, nenhuma liberdade fundamental, seguramente não tolerariam o tipo de liberdade reinante em certos países. Intelectuais, escritores, artistas, jornalistas, estudantes clamam, proclamam e reclamam; todavia, cada qual escreve, diz e brada o que entende, sem nenhuma interferência do Governo. Ora, uma das características mais veementes dos regimes ditatoriais é o cancelamento da liberdade de expressão.

«Mas o Governo não se opõe, nunca se opôs a que alguém pense diferentemente dêle e disso faça até profissão de fé. Apenas não pode esquecer que lhe ocorre a obrigação constitucional de defender o nosso regime contra todos quantos — esquerdistas ou não — tenham em mira derrubá-lo e substituí-lo, não porque êle seja bom ou mau, senão porque não é o regime que desejam.»

3. A DEFESA DO REGIME

«Está por ser escrito, parece, o capítulo de política que estude até que ponto é lícito à democracia defender-se, por meios puramente democráticos, de ataques anti-democráticos.

No caso brasileiro, meus jovens amigos, essa indagação é singularmente importante, se' não quisermos resignar-nos ante a perspectiva da perda de oportunidades de manter definitivamente o Brasil no seu destino nacional, no seu destino autêntico, no seu destino cristão.

Não esqueçamos que, mal liberto de uma cilada habilidosamente urdida, o nosso país não se refez cabalmente do abalo que teve de suportar. Dêsse abalo ficaram-lhe resíduos suscetíveis de aproveitamento da parte daqueles que não se conformaram ainda com a perda das posições das quais comandariam a subversão das nossas instituições e a sua substituição pelas que lhes aprouvesse impor-vos».

4. DEMOCRATAS IMPROVISADOS

«É difícil admitir que se não abrigue, sob a capa mal composta de pretextos libertários, o anseio incontínente de reconquista dos Podêres do Estado.

É mais difícil ainda pensar que o Governo deixe de cumprir o seu dever essencial para com o regime e as instituições, a fim de satisfazer falsos apelos de democratas improvisados».

5. ESTATIZAÇÃO DA RIQUEZA

«Já foi assinalado por moderno pensador político que boa parte do mal-estar da civilização moderna é devida ao fato de que as instituições do Estado não têm conseguido acompanhar tôdas as transformações da sociedade que êle dirige, especialmente as de natureza econômica do povo.

E o que pretende aquela extrema esquerda socialista, que se recusa estranhamente a ser chamada pelo seu próprio nome, é provar, tão evidentemente quanto possível, que o regime por ela preconizado realizou a façanha econômica de distribuição da riqueza, ou seja, dos bens materiais em geral.

O que ocorreu, todavia, está muito longe de constituir consôlo e exemplo para outros povos. Realmente, em vez de distribuir-se, a riqueza concentrou-se nas mãos do Estado ou daqueles que o representam, de sorte que os salários médios dos operários são muito inferiores aos pagos nos Estados Unidos, no Canadá, na França, na Inglaterra, na Austrália, no Japão.»

(Discurso pronunciado na Universidade da Paraíba — 22 de dezembro de 1967).

6. OPOSIÇÃO PARLAMENTAR

«Não tenho queixa da oposição parlamentar. Nem sempre as suas críticas são construtivas. Mas o partido oposicionista está exercendo a sua missão constitucional e merece o meu respeito. O jogo livre de opiniões é uma das características do regime democrático. E a liberdade com que a Oposição se pro-

nuncia, exprimindo seus pontos de vista no Congresso e na imprensa, é uma das muitas provas de que a Democracia está funcionando no Brasil».

7. INCITAÇÃO A DESORDEM

«O que ocorre é que alguns cidadãos, desesperados porque não podem arrebatar das mãos do Governo a bandeira da renovação do país, do desenvolvimento integrado de todos os setores da atividade nacional, procuram incitar a opinião pública à desordem ou a um comportamento capaz de prejudicar o trabalho construtivo da Nação. Mas a opinião pública os conhece muito bem e reage com indiferença a tais apelos. Eles estão muito desacreditados e não nos preocupam, muito menos conseguirão desviar-nos do trabalho sério que estamos realizando para dar ao povo brasileiro dias melhores, de maior bem-estar e tranquilidade.»

8. TRADIÇÃO DE LIBERDADE

«Dispõe já apesar da sua brevidade, nossa História de tão rica e robusta tradição de liberdade, que dificilmente medrariam entre nós os regimes propícios ao despotismo e à tirania.

Mas dispõe, acima de tudo, de quase cinquenta por cento de jovens como você, dispostos a rasgar os caminhos do futuro, sejam quais forem os sacrifícios. Com essa massa de jovens, podemos dizer que convivemos com o porvir e que o Brasil já é uma grande Nação».

(Entrevista coletiva à Imprensa em Belo Horizonte (MG) — 27 de outubro de 1967).

RELIGIAO

1. FRICÇÕES ENTRE IGREJA E GOVERNO NAO TEM FUNDAMENTO

«Podem estar seguros os brasileiros de que tôda sas notícias recentes sôbre fricções entre a Igreja e o Govêrno não têm fundamento. São o resultado de interpretações interessadas em semear a cizânia do desentendimento e da desconfiança no meio do que é mais caro ao coração dos brasileiros.

O Govêrno é composto de cidadãos católicos convictos, que só nutrem sentimentos de sagrado respeito para com a Igreja. Está disposto a envidar todos os esforços para esclarecer as falsas versões que têm sido espalhadas a respeito das suas relações com a Igreja e se rejubila em verificar que os membros mais representativos da hierarquia Católica se encontram na mesma disposição».

(Discurso no dia do Rosário em Família — 8 de dezembro de 1967).

RESERVAS CAMBIAIS

1. BOM EMPREGO DAS DISPONIBILIDADES BRASILEIRAS

«Todos os países que conseguem reunir uma razoável reserva de divisas no exterior procuram aplicar parte dela com o fim de obter novas receitas de divisas. Dentro dessa orientação, uma parcela das nossas reservas foi aplicada em títulos do Tesouro norte-americano.

As aplicações, para a compra de tais títulos, não atingiram 15 por cento de nossas disponibilidades-dólares, tendo sido reduzidas recentemente.

Tôdas as disponibilidades brasileiras estão aplicadas em títulos seguros, de bom rendimento e rápida conversibilidade.»

(Entrevista coletiva à Imprensa em Belo Horizonte (MG) — 27 de outubro de 1967).

REVOLUÇÃO

1. GUERRILHA É SUBVERSÃO

«Guerrilha é subversão, sobretudo num país como o nosso, cujo Govêrno exprime os anseios mais profundos do povo, na luta pelo desenvolvimento.»

2. CONSOLIDAÇÃO DA OBRA REVOLUCIONARIA

«Como segundo Govêrno da Revolução, o atual Govêrno tem por missão consolidar a obra revolucionária e, sobretudo, promover a aceleração do desenvolvimento.»

(Entrevista coletiva à Imprensa — em Belo Horizonte (MG) — 27 de outubro de 1967),

SUCESSÃO

1. CIVIL OU MILITAR, A REVOLUÇÃO CONTINUARA

«Estejamos certos de que nem os Partidos nem o Colégio Eleitoral escolherão para me suceder um homem — civil ou militar — que não seja capaz de dar continuidade à política revolucionária.»

(Entrevista coletiva à Imprensa — em Belo Horizonte (MG) — 27 de outubro de 1967).

TRANSPORTES

1. REDE FLUVIAL COMO CIRCULAÇÃO DE BENS DE CONSUMO

«No relativo à circulação de bens de consumo, assinalarei apenas que o transporte por via d'água é onze vezes mais barato que o rodoviário, e é com prazer que vos declaro estar sendo realizado o plano, por mim anunciado quando candidato, de ativar ou reativar o sistema da nossa imensa rede fluvial.»

(Discurso na inauguração do serviço de água em Mossoró (RN) — 22 de dezembro de 1967).